



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE
DE GESTÃO COMPARTILHADA ESTADO/MUNICÍPIO.

1 Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e quinze, realizou-se a Quadragésima segunda Reunião
2 Extraordinária da Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada Estado/Município, na Av.
3 Borges de Medeiros, 261 – Centro – 10º andar, nesta Capital, com início às 14 horas, com a presença
4 dos seguintes Conselheiros: **Sra. Sandra Berto**, presidente da câmara técnica e representante da
5 SERGS; **Sr. Paulo José Gallas**, representante da Secretaria Desenvolvimento Econômico Ciência e
6 Tecnológico (SDECT); **Sra. Rosaura Heurich**, representante da FEPAM; **Sr. Tomás Flecker**,
7 representante UPAN; **Sr. Alberto Niederauer Becker**, representante da Secretaria de Segurança Pública
8 (SSP); **Sr. Carlos Henrique Falk**, representante da Secretaria de Obras Públicas, (SOP); **Sra. Aline**
9 **Bettio**, representante da ONG MIRA-SERRA; **Sr. Mario Buede Teixeira**, representante da Instituição
10 Universitária Privada; **Sra. Marion Luiza Heinrich**, representante da FAMURS; **Sr. Clóvis Galery**,
11 representantes da Secretaria da SAÚDE/CEVS; **Sr. Valtimir Bruno Goldmeier**, representante SEMA;
12 **Sra. Jussara Kalil Pires**, como convidada, Justificou a ausência a Sra. Ana Lúcia Pereira Cruz,
13 representante do SINDIÁGUA. Após as assinaturas no Livro de presenças, foi constatada a existência de
14 “quórum”. A Sra. Presidenta deu início à reunião cumprimentou os conselheiros presentes, fez
15 apresentações e passaram ao 2º item da pauta, revisão e discussão sobre a Resolução 288/2014. Iniciou
16 uma breve explanação sobre o que haviam feito até o momento com relação à Resolução 288, após a
17 publicação em Outubro/2014, no final do ano passado a FEPAM fez uma proposição de revisão dessa
18 tabela porque tinha algumas inconsistências, isso foi nos delegado para fazer essa revisão, em
19 Janeiro/2015 fizemos uma reunião, eu e Marion trabalhamos esses dois três meses revendo essa tabela,
20 fizemos toda uma checagem e a gente encaminhou ao grupo e acho que não deu tempo de todos
21 olharem, nesse meio tempo entrou junto com a proposta da FEPAM, entrou da FAMURS e da MIRRA-
22 SERRA quanto à alteração de competência. **Marion, FAMURS**: posso só fazer um esclarecimento que
23 para essas propostas foi dado um prazo no CONSEMA para encaminhamento até 31 de dezembro de
24 2014 e tô referindo isso, porque depois disso entraram algumas sem passar pelo CONSEMA. **Sandra,**
25 **SERGS**: isso a proposta de Gravataí que foi anexa na convocação e foi recebida na SEMA e
26 encaminhada para nossa CTP para que a gente verifique, isso foi fora do prazo, pois foi estipulado prazo
27 até 31/12 e foi uma correria, de qualquer forma a gente pode vê a proposta que Prefeitura de Gravataí
28 está trazendo que daqui a pouco ela está contemplada nas coisas que a gente verificou que podem ser
29 alteradas por considerar portes iguais, alteração de CODRANS, acho que daqui a pouco pode ser
30 avaliado isso, a gente não tem a intenção de revisar tudo de novo, mas essas coisas que estão gritando a
31 gente pode sim avaliar e tanto que a gente fez a proposição de fazer essa revisão porque essa
32 competência já estava picotada em várias resoluções tinha coisa revogando tinha coisa adicionando e a
33 gente não queria mais que tivesse essa colcha de retalhos e que os Municípios pudessem ter um
34 instrumento pra fazer licenciamento que fosse completo e que olhassem na tabela e tivesse a facilidade
35 de verificar. **Marion FAMURS**: queria só que ficasse definido, porque se nós formos verificar essa de
36 Gravataí, eu tenho umas duas ou três que recebi e não trouxe, se abrir exceção pra eles, nada mais justo
37 que abrir para todos e outra coisa a partir do que já votamos esse ano, temos que partir de onde a gente
38 parou. **Sandra, SERGS**: acho que aquelas propostas que a gente votou foram encaminhadas que a
39 gente verificou a inconsistência ou fez a análise de votar a favor ou contra e são questões vencidas, acho
40 que está na ata. **Marion, FAMURS**: a Sandra recebeu um arquivo que a FEPAM licencia, daí levou
41 arrumou esse arquivo porque estava exposto um pouco diferente e a gente foi vendo atividade por
42 atividade da 288 e as da FEPAM, as que estão em amarelo são as atividades que o Município licencia e
43 as em branco são Estado eu coloquei aqui em cima uma legenda o que pintou de vermelho é alguma
44 questão que está sendo discutida ou que está errado, não que não possa ter mais erros. **Aline Bettio**,

45 **Mira-Serra:** já fui presidenta desta CTP e nós temos acompanhado desde dezembro os debates tanto no
46 CONSEMA quanto da CTP, só nós gostaríamos de um esclarecimento porque no nosso regimento do
47 CONSEMA a gente não pode receber demandas diretamente para CTP sem que passe pelo pleno do
48 CONSEMA, de maneira nenhuma somos contrários as quaisquer revisões, até porque se tem alguma
49 coisa que está errado que pode prejudicar e gerar um dano ambiental, somos totalmente favorável que
50 sejam revistas, mas a sociedade civil historicamente já é minoritária no CONSEMA então se tem alguma
51 coisa que a gente tem que prezar no CONSEMA é o respeito ao regimento, então eu peço que a
52 presidência da CTP seja sensível a manifestação da nossa entidade e que a gente não veja nada que
53 não passou pelo plenário do CONSEMA, muito embora vamos apoiar, vamos participar dessa construção
54 coletiva aqui de revisão, pois sabemos que tem coisas que são muito importantes que sejam revistas pro
55 bem do ambiente e da boa gestão ambiental. **Marion, FAMURS:** nesse caso Sandra essa questão de
56 Gravataí ou de outras teriam que fazer esse caminho. **Sandra, SERGS:** eu concordo com o que a Aline
57 tá colocando, sempre foi assim, sempre foi obedecido o regimento, as demandas sempre partiram das
58 entidades ao CONSEMA e o CONSEMA fazendo a delegação as CTPs, nesse caso não veio nem de
59 uma entidade e sim de uma Prefeitura que ela não é membro do Conselho, a priori não teria como
60 analisar, ela não estaria contemplada, o regimento está sendo revisto, algumas coisas devem ser
61 mudadas, mas ainda não foi concluído segue o que está vigendo, de qualquer forma eu não cheguei a
62 olhar esses CODRANS com a tabela pra vê, pois assim como a FEPAM vai trazer uma nova proposta, eu
63 não gostaria de analisar isso aqui como Gravataí, mas eu gostaria que fosse verificado a pertinência,
64 acho que deveria ser repassado pra FEPAM que vai fazer a revisão e ela avaliar se isso tá contemplado
65 dentro das necessidades da FEPAM repassar pra nós ou não, é uma sugestão. **Paulo Gallas, SDECT:**
66 talvez seja a última vez que eu esteja participando representando essa Secretaria, informaram que já tem
67 um novo representante, mas independente disso vocês podem continuar a contar comigo, até não quero
68 que vocês tirem meu nome da lista, pois gostaria de continuar recebendo os assuntos tratados aqui
69 poderão ser interessantes como retorno pra sociedade, agora só colocando a questão de Gravataí, eu
70 tenho impressão que foi fora do prazo e teria que ser encaminhada a FAMURS foi uma questão por
71 desconhecimento ou por desagravo, mas isso não vem ao caso mas acho que não cabe a câmara
72 apreciar, havia um prazo correndo e já passou, a proposição talvez seja de abrir novo prazo , agora com
73 novo governo novas cabeças, imagina se a SEMA tivesse recebido 384 prefeituras com pedido desse tipo
74 aí, isso tem que se canalizado através da FAMURS ou de outros órgãos que os representem, colocação
75 dessa natureza não deve ser apreciado aqui, mas por sugestão que se crie novo prazo para o pessoal
76 começar apreciar essa 288, para que todas as proposições venham através de seus representantes que
77 cheguem até a SEMA então aí se bata o martelo e passar um pente fino, revisar tudo de novo sempre é
78 um retrabalho, mas eu vejo assim, acho que vale a pena investir nisso pra ordenar o trabalho. **Marion,**
79 **FAMURS:** eu me preocupo assim que sempre vem coisa nova, por exemplo se eu colocar novo prazo
80 pros Municípios vai incidir mil coisas, mas eu posso colocar se acharem melhor, abrir prazo no
81 CONSEMA e também considerar que as propostas que já foram votadas na última reunião foram votadas
82 e partir daí das novas propostas. **Rosaura, FEPAM:** atualmente chefe da divisão de saneamento, é
83 interessante a abertura desse prazo até porque a prática da aplicação da 288 vem sendo nos dado
84 feedback agora na FEPAM, então a gente já viu várias adequações além daquelas que foram propostas
85 anteriormente que tem que ser revistas então somos a favor da proposição do colega. **Valtemir, SEMA:**
86 coordenador das assessorias técnicas a qual tá relacionado o trabalho com os Municípios, a nossa
87 relação com a FEPAM tem sido diária e tem havido uma série de demandas decorrentes da 288 e que
88 talvez são gargalos que surgiram, na época lamentavelmente houveram alguns retrocessos na confecção
89 da 288, ou seja, algo que já estava estabelecido na 102 como de competência dos Municípios e que
90 houve claro retorno ao passado e hoje a gente está tendo alguns gargalos em função disso e tem
91 algumas coisas que a gente vai ter que conversar e tentar resolver e eu entendo que o Ofício de Gravataí
92 tá exatamente como tem que ser, o Município de Gravataí é integrante do SISNAMA, ele se reportou a
93 Secretária de Estado que é representante do SISNAMA no Rio Grande do Sul e ela encaminhou para
94 Presidente do CONSEMA que repassou para CTP, o que o Município está questionando ali, são coisas
95 que estão na 288 e acho que é ponderável de se pensar, tem razão da gente retroceder em relação ao
96 desassoreamento de corpo hídrico e estabelecer em metro cúbico a quem nunca trabalhou em Município
97 50 metros cúbicos são dois caminhões como tu vai medir, como vai controlar, na 102 era por quilômetro,
98 eu só tô fazendo uma manifestação o que estou vendo no dia a dia, isso é uma coisa, outra coisa foi
99 retirado da 288 a possibilidade dos Municípios de licenciar dique no tocante a problema de enchente,
100 gente nós estamos tendo mudança climática, todo dia tem enchente em algum lugar, tem que fazer uma
101 obra emergencial daí eu vou jogar o problema no colo da FEPAM? Toda vez que tiver algum problema no
102 tocante a construção de um dique eu tô falando não é obra de concreto, tô falando obra que tu vai ter que

103 fazer no dia a dia pra evitar que as pessoas fiquem embaixo d'água isso foi retrocesso, outra coisa que
104 Gravataí levantou ali que eu fui por isso que eu fui até olhar é que a gente normatizou que os loteamentos
105 podem até 20 hectares, se eu posso loteamento até 20 hectares como é que eu não posso desmembrar
106 sítio de lazer até 20 hectares ficou 5 hectares é isso que está sendo questionando pelo que eu vi em
107 relação a Gravataí, se foi colocado em uma Resolução dizendo campo de futebol, centro esportivo pra
108 fazer galpão de armazenamento mas não deixa de ser um galpão de área construída o Município pode
109 até 10 mil, pra fazer um centro esportivo é até dois mil metros quadrados de área construída, acho que foi
110 enganos que aconteceram na época da confecção da 288, por isso eu acho que a manifestação de
111 Gravataí está dentro do contexto eu acho que poderia ser tranquilamente ser analisada, se por um acaso
112 nesse momento da revisão não dá, provavelmente a gente vai acabar orientando o Município a fazer isso
113 em plenário, o plenário é soberano, mas essas coisas Marion tem que alterar, não é possível que a gente
114 continue, o problema esse de desassoreamento nós estamos perdendo produção agrícola, um Estado
115 pobre lógico que tem que ter estudos feito corretamente acho que o desassoreamento tem que ser feito o
116 contrário, não voluntário tinha que ter uma obrigação dos Municípios de uma vez por ano de limpar, tirar
117 aquela areia, aquela sujeira excedente nos corpos hídricos pra evitar que na primeira cheia que der a
118 água escorra pra dentro da casa das pessoas, eu acho que isso é meio ambiente, isso foi uma coisa que
119 passou o problema dos diques, tô falando o quê que é dique que eu tô falando é fazer um camalhão de
120 terra pra evitar que entre água na casa das pessoas é isso que estou falando e isso não foi contemplado
121 por fim a Secretária me pediu pra defender a história do desassoreamento para quê a gente colocasse na
122 resolução o que tava na resolução anterior "ipsis litteris" isto é uma coisa, a outra coisa que vocês sabem
123 que tivemos agora elaboração pelo Estado do plano Estadual de resíduos, este remete a uma série de
124 atividades que compete aos Municípios fazer e cabe Estado fiscalizar e ao Estado licenciar
125 fundamentalmente a parte de aterro sanitário o resto tudo é impacto local isso tem que se contemplado
126 numa resolução porque veja bem tem razão de obrigar a FEPAM ir a 497 Municípios licenciar uma central
127 de triagem, central de transbordo que é um galpão, então isso não foi contemplado e em nome da
128 Secretária Ana Pellini, gostaria que essas coisas fossem contempladas pelos Municípios e que voltassem
129 atrás no retrocesso. **Aline, Mira-Serra:** só pra retomar o Valtemir chegou atrasado ele não pode escutar
130 o nosso início e pra não deixar falas assim descontextualizadas, porque todas as instituições que estão
131 aqui participaram de todo o processo, então não houve nenhum engano quando a gente aprovou ou não
132 determinado CODRAN e em segundo lugar nós estamos aqui tratando de proteção e qualidade ambiental
133 uma gestão compartilhada com esse fim, nós não estamos aqui pensando que sempre que se alterar um
134 CODRAN, que se reduzir ou suprimir isso seja retrocesso necessariamente, muitas vezes isso é um
135 avanço, há retrocessos ambientais que estavam estabelecidos, então a gente tem que ter bastante
136 responsabilidade quando vai falar fazer alguma colocação pra ela não parecer deslocada
137 descontextualizada do que nós representamos aqui eu represento a sociedade civil controle social,
138 estamos aqui em um órgão que pertence ao Conselho que faz parte da Administração Direta um órgão de
139 assessoramento e controle social, um órgão deliberativo em nosso Estado, nós temos um Regimento, o
140 Valtemir não pode escutar no início, esse Regimento está em vigência e nesse Regimento não prevê que
141 os Municípios encaminhem suas propostas diretamente, até onde eu sei nosso Código Estadual do Meio
142 Ambiente não foi revogado, quem obrigação de apresentar uma proposta no nosso Estado é a FEPAM
143 quem tem legitimidade quem autoridade técnica para encaminhar ao pleno do CONSEMA nessa
144 magnitude que está sendo proposto pela SEMA hoje aqui até fiquei bastante surpresa, então eu sugiro a
145 nossa presidência da nossa CTP que nós sigamos e que nós respeitemos o nosso Regimento, se tem
146 algo que a Sociedade Civil preza no CONSEMA é o respeito ao Regimento e nós propomos como
147 encaminhamento então que sim que as entidades que tem manifestações a fazer que o façam a FEPAM
148 e que na próxima reunião do CONSEMA a gente possa reabrir prazo ou a Plenária pode decidir porque o
149 que eu estou vendo é que a SEMA tá propondo muito mais do que tava sendo discutido de dezembro pra
150 cá. **Mário, Instituição Universitária Privada:** não quero justificar, mas existe um antecedente de
151 Gravataí ele foi qualificado para exercer suas funções de licenciamento ambiental através da SEMA, ele
152 seguiu o caminho inverso agora porque ele é muito antigo, eu não estou justificando, mas este era o
153 canal de contato, com relação a forma que deve chegar a nós eu não acho tão relevante assim o
154 importante é saber como nós vamos resolver isso aqui. **Clóvis, SES:** sou novo na CTP tenho muito
155 pouco conhecimento e não pude estudar a fundo, mas me parece da discussão que surgiu aqui o
156 seguinte em primeiro lugar se existe regra e um Estatuto tem que ser seguido e se houver algum
157 interesse de mudança deve ser mudado a regra que tá estabelecida, acho pertinente que se estabeleçam
158 as coisas todas de tempo em tempo precisam ser atualizadas, acho que poderiam estabelecer prazo e
159 essas correspondências que chegariam ao longo desse tempo seriam tratadas naquele momento.
160 **Sandra, SERGS:** eu acho que o que a gente está vendo aqui é que tem bastante trabalho ainda pra ser

161 feito pra que a gente alcance o resultado esperado que é habilitar os Municípios com sustentação dar
162 condições pra que eles façam seus licenciamentos, isso que nós estávamos conversando sobre as
163 nomenclaturas que ficou junto é a maior dificuldade pro Município interpretar o que está escrito na
164 nomenclatura da atividade porque pro Município é uma coisa e pra FEPAM é outra, eu tive uma situação
165 no Município que eu trabalho em relação a uma linha de transmissão que pra FEPAM era um ramal, bom
166 essa atividade nem a FEPAM licencia porque não está na tabela da FEPAM como ramal e nem na 288
167 como ramal e nem eu sei se é um ramal ou se não é um ramal, pra mim é uma linha de transmissão se
168 ela está ligando de uma linha existente a outra linha se isso é um ramal pra mim eu tô licenciando uma
169 linha de transmissão então essa dificuldade da interpretação cada um tem a sua, triagem e seleção qual
170 é a diferença a nomenclatura não deixa isso claro, que bom que a gente tá fazendo esse trabalho, que a
171 gente tem essa proposição demandada pela FEPAM, demandada pelo CONSEMA que bom que a gente
172 já conseguiu estabelecer as diferenças do que está vigindo tá ali na tabela, acho que agora cada se
173 apropria dessa tabela verifica, traz as suas necessidades, a gente pode até votar se vai abri rum novo
174 prazo pra alguém fazer proposição ou se a gente trabalha em cima da tabela com as proposições das
175 entidades que estão aqui presentes e que vivenciam e que tenham essa experiência, tudo vai ser votado,
176 nada vai ser decidido arbitrariamente. **Valtemir, SEMA:** a minha proposta é que a gente coloque em
177 votação agora de tarde, estamos em reunião da câmara técnica, tem quórum, que a gente coloque em
178 votação um prazo, as entidades que vão eventualmente encaminhar alguma proposta de sugestões de
179 alterações todas elas estão aqui, é a FEPAM, é a SEMA, a FARMURS, eventualmente Ongs, então todas
180 elas estão representadas aqui, a minha sugestão presidente é que a gente colocasse em votação a
181 abertura de prazo até a próxima reunião, que é depois da reunião do CONSEMA né. **Sandra Berto,**
182 **SERGS:** o nosso calendário de reunião ordinária é a primeira quinta de cada mês. **Valtemir, SEMA:**
183 então a minha sugestão é que a gente e todas as entidades aqui tenha a liberdade de divulgar isso, que a
184 gente então recebesse eventualmente novas propostas até inclusive a próxima reunião e neste dia em
185 diante a gente passaria a avaliar o que a gente tem de propostas e quando essas estiverem avaliadas,
186 tiverem uma minuta de resolução feita que se encaminhe a diante, exatamente com essa ideia de que
187 esta resolução vai ter um determinado prazo de validade, então a minha proposta é que fosse
188 aproximadamente 30 dias, até a próxima reunião e na próxima reunião em diante nós passamos a régua
189 e se houver, se alguém perdeu o prazo vai ter que esperar para a próxima, então a gente estabeleceria
190 um prazo e aí provavelmente dentro de três reuniões do CONSEMA este assunto poderia chegar a
191 plenária, porque há necessidade ainda de a gente tomar uma decisão nos próximos meses e eu
192 pessoalmente pessoal, eu sei que a FAMURS vai se opor um pouco ao que eu vou colocar agora, mas eu
193 gostaria de trazer de volta na resolução assim como nós da SEMA vamos cobrar dos municípios que
194 tiverem convênio da mata atlântica que para renovar o convênio da mata atlântica vai ter que fazer o
195 plano da mata atlântica daquele município, no tocante ao impacto local nós gostaríamos de trazer de
196 volta para a resolução a necessidade de que todos os municípios, e vamos estabelecer um prazo pra
197 isso, tenha um plano ambiental municipal, mesmo que não é para habilitação, não é para nada disso,
198 mas eu entendo que é o plano diretor do município no tocante a área ambiental e eu concordo com o
199 professor Teixeira quando ele diz que a gente perdeu muito nesse processo quando a gente deu um
200 passo atrás e eu agora estando no governo vou propor que a gente coloque na resolução a necessidade
201 de que todos os municípios tenham um plano municipal e que façam a atualização das suas leis, porque
202 também não adianta só ter o plano, tem que ter o plano, tem que ter a lei municipal de política do meio
203 ambiente, tem que ter a lei municipal de taxas, tem que ter regrado como ele vai fazer os julgamentos das
204 multas e essas coisas todas, então isso tudo pode estar previsto aonde? Num plano municipal de meio
205 ambiente. Claro que não podemos chegar e dizer que é para amanhã, não é isso, mas já que a gente
206 perdeu um "time" lá atrás em relação a isso, a minha sugestão, uma das propostas que eu também vou
207 trazer para a resolução, prof. Teixeira, é colocar isso na resolução e eu tenho certeza que os próprios
208 municípios, que eu tenho visitado muitos, tenho ido a muitas associações, eles vão concordar, claro que
209 cada um vai fazer do seu jeito e não há necessidade do município pegar esse plano e submeter a gente
210 para julgar ou para analisar, não, mas cada um vai fazer o seu plano, nós temos regras suficientes para
211 controlar os municípios hoje, nós temos o Tribunal de Contas, o Ministério Público, tem uma serie de
212 entidades que fiscalizam os municípios, agora eu entendo que esse documento lá, a secretaria municipal,
213 o departamento municipal do meio ambiente tem que ter um rumo, e o rumo não é só o licenciamento
214 porque as vezes o cara, há eu vou ter uma secretaria do meio ambiente não é uma secretaria de
215 licenciamento só, que o resto nada é feito, e neste contexto pessoal, porque eu estou falando isso,
216 porque a gente esta trabalhando com algumas coisas que a gente gostaria que os municípios
217 avançassem, esse negócio do resíduo e uma outra coisa que a gente vai fazer um trabalho com os
218 municípios na mata atlântica principalmente é que todos os municípios consigam ter pelo menos uma

219 unidade de conservação. Então eu gostaria de trazer, se por um lado eu vou trazer uma coisa que é no
220 sentido de eventualmente modificar a resolução né, por outro lado a gente gostaria de trazer de volta
221 essa ideia. **Rousara, FEPAM:** o meu encaminhamento é no mesmo sentido do colega, tirando as
222 questões legais e administrativas de encaminhamento que eu ainda desconheço porque eu também
223 estou chegando hoje na câmara, nos procura muito, do ponto de vista da FEPAM, a demora da solução
224 dessas questões que estão pendentes, então assim como o Valtemir, sua proposição é ótima, só que eu
225 sugeriria um tempo menor para que a gente avaliasse esses documentos que vão entrar, então em torno
226 de 30 dias, depois mais 30 dias para avaliação para fechamento eu acho que ficaria um termo mais
227 razoável e que acontecesse de fato em um curto espaço de tempo com uma razoabilidade. **Marion,**
228 **FAMURS:** eu concordo com ela, só que eu vejo que o Valtemir fez a proposta no sentido de fazermos
229 isso aqui dentro e a Aline quer que seja passado pela plenária, então isso é uma coisa que a gente tem
230 que decidir. E outra coisa, dos planos eu não sou contra os planos, eu acho que a FAMURS também não
231 é contra os planos, eu acho que para ter uma boa administração tu tem que ter planejamento, entendeu,
232 e os planos eles são um planejamento pra ser executado depois, o que a gente vê, o que me chateia um
233 pouco é o que a gente tem visto nos planos de saneamento e nos planos de resíduo eles foram
234 condicionados à acesso aos recursos da união fizeram de qualquer maneira, tem municípios que fizeram
235 os planos uns planos que não são planos para ser executados, tão mal feitos, a gente sabe, a gente tem
236 conversado isso e isso é horrível e o plano é para quê? O plano é o planejamento da política municipal
237 para ser executado, eu acho ótimo ter um plano. Eu acho que todos deveriam ter, eu sou totalmente a
238 favor, e a FAMURS também, o que me preocupa é condicionar a existência do plano, “ai se vocês não
239 tiverem o plano, vocês não vão poder fazer o convênio” então eles vão fazer o plano de qualquer jeito que
240 não vai ser executado, então se for para fazer um plano bem feito. **Valtemir, SEMA:** não isso não, não é
241 minha proposta, só para esclarecer, da mata atlântica é lei, da mata atlântica nós estamos descumprindo
242 lei, ao não fazê-lo hoje, nós estamos delegando aos municípios exercerem a parte florestal da mata
243 atlântica, no bioma da mata atlântica e nós não estamos cobrando isso, não estou aqui para criticar
244 ninguém, só que o atual governo tomou a decisão de que nós vamos, para renovar nós vamos cobrar e
245 os que nós estamos assinando agora, todos que estão foram assinados em 2015 e que vão ser
246 assinados, todos estes a partir de agora o plano é, normalmente esses convênios tem quatro anos, no
247 tocante a mata atlântica vai ter essa condicionante, mas nós vamos trabalhar isso, inclusive eu gostaria
248 de convidar a todos que no dia 08, segunda-feira, nós vamos ter uma oficina sobre isso já iniciando essa
249 ideia lá no centro administrativo, a Lisiane é nossa convidada, Mira-Serra vai fazer uma explanação de
250 como fazer o plano de conservação da mata atlântica para os municípios que tem convênio, então nós já
251 vamos começar um trabalho de orientação do que tem que ter nesse plano, vai ter um prazo para fazer,
252 não estou condicionando a dinheiro e nada disso, no tocante ao meio ambiente é um pouco diferente nós
253 vamos colocar isso como uma necessidade que o município vai ter, agora nós não vamos nos colocar na
254 posição de depois dizer assim: “ó, se não tiver esse plano tu não vai mais poder trabalhar com meio
255 ambiente”. Não, quem vai fiscalizar o município depois vai ser o Tribunal de Contas e o Ministério Público,
256 deixar isso bem claro. **Marion, FAMURS:** Não eu sei, vocês estão condicionado à assinatura do
257 convênio, mas eu gostaria que isso fosse trabalhado com os municípios, entendeu. **Aline, Mira-Serra:** Só
258 em cima desse ponto dos prazos para reabertura para outras entidades se manifestarem eu repito, nós
259 não somos contrários que isso aconteça até porque como bem colocado pelo professor Gallas, as
260 resoluções estão aí para serem melhoradas, no entanto eu sugiro que junto desse encaminhamento seja
261 considerado o tempo para a presidência da câmara técnica fazer a sistematização e que nós façamos um
262 referendo disso junto ao pleno do CONSEMA até porque outras entidades da sociedade civil fazem parte
263 do pleno e também gostariam e para evitar de trancar ali na frente por um descumprimento do regimento
264 eu solicito esse encaminhamento, sugiro este encaminhamento. **Marion, FAMURS:** a gente marca aqui e
265 fala na próxima reunião do CONSEMA que foi aberto o prazo. **Aline, Mira-Serra:** para dar oportunidade
266 para as outras entidades. **Paulo Gallas, SDECT:** eu só queria colocar, Valtemir, porque os 120 dias,
267 desde de 1º de janeiro o novo governo levou 128 dias, e nós até 120 dias não vamos poder chegar, o
268 Valtemir semana que vem já vai mandar alguma coisa e entre a reunião de hoje, extraordinária e a
269 próxima ordinária é dia 4 de junho se não me engano, não dá para esperar tudo até lá, mesmo que fosse
270 11 na outra, seria programático, um tempo muito pequeno, as prefeituras não estão dirigindo isso aqui, o
271 pessoal está atulhado com outras coisas mas se estabelece um prazo razoável e enquanto isso a
272 FEPAM, com o que já se tem até agora nós podemos trabalhar, ir adiantando muitas das que vai chegar
273 depois já estar debulhado. Então nós já podemos pular antes, esperar chegar, abrir esse prazo e
274 enquanto isso nós não vamos precisar esperar até decorrer os 120 dias, mas a partir da data em que
275 houver o referendo do pleno do CONSEMA, eu acho que a partir dali a gente vai recebendo, mas
276 enquanto isso a gente vai trabalhando, não vai precisar esperar chegar. **Marion, FAMURS:** eu acho que

277 é muito tempo, que vai chegar coisa, que não vai mais parar de chegar, sabe, é essa impressão que eu
278 tenho. Eu posso estar enganada, mas eu tenho a impressão que vai ficar chegando. **Aline, Mira-Serra:**
279 mas a FEPAM tem que fazer a caminhada, eu sei que para nós não importa passar pelo conselho de
280 administração, mas para a FEPAM é uma forma de legitimação junto as áreas técnicas, passar pelo
281 conselho de administração é uma segurança da proposta por parte da FEPAM, então eu sei que pra nós
282 não interessa, eu sei que o conselho é soberano para decidir, mas dando um tempinho maior teria
283 condições de a gente fazer um trabalho sem atropelos, sem divergência do ponto de vista técnico. **Mário,**
284 **Instituição Universitária Privada:** eu apenas gostaria de receber com satisfação a proposta da SEMA.
285 O fato é o seguinte na década de 90 quando nós propusemos os planos ambientais se tentava iniciar
286 uma cultura do planejamento, porque a administração pública tem que planejar, aliás, qualquer
287 administração, se conseguiu até certo ponto, depois houve um barramento dessa exigência e tem que
288 existir isso, essa proposta é muito bem vinda, eu tinha que manifestar, é isso. **Tómas, UPAN:** eu acho
289 que esta proposta de um tempo maior é boa, até porque se deixar um tempo curto vai dar a mesma
290 situação, dez, quinze dias depois de encerrado o tempo: “agora que a gente finalizou nossa análise e
291 queria colocar isso aqui que é importante.” Dar tempo para as prefeituras e entidades realmente fecharem
292 uma análise, que em geral não tem a leitura do processo, e a gente ir trabalhando na frente e depois na
293 verdade boa coisa a gente já vai ter resolvido e ir só isso já foi, isso já foi.” **Marion, FAMURS:** sabe qual o
294 problema que eu vejo, por exemplo, assim uma entidade faz uma proposta e a gente vai trabalhando e
295 votando, daqui a pouco outra entidade faz a mesma proposta e a gente não vai analisar porque a gente já
296 votou. É essa a ideia? **Sandra Berto, SERGS:** é essa a ideia à medida que já esta contemplada a gente
297 não vai analisar novamente. **Paulo Gallas, SDECT:** agradeço a participação na câmara técnica e a
298 oportunidade de ter trabalhado na CTP. **Aline, Mira-Serra:** a gente tem que organizar bem essa coisa,
299 porque não pode ir chegando as propostas e a gente ir votando. Uma sugestão de encaminhamento é
300 que todos deem as suas propostas, até porque se forem iguais as propostas depois tem que ter um
301 trabalho de coordenação da presidência da câmara técnica em sistematizar isso. Eu acredito ser muito
302 mais proveitoso do que depois chegar uma proposta melhor e ganhar o apoio das outras instituições.
303 **Marion, FAMURS:** eu acho assim um tempo para a apresentação das propostas e outro para
304 sistematização. **Aline, Mira-Serra:** se a gente acertasse aqui minimamente o que vai ser passado para o
305 CONSEMA poderia já fazer o referendo diretamente na quinta-feira do dia 11. **Sandra Berto, SERGS:**
306 vamos começar a montar uma proposta então para a gente votar. Só para deixar esclarecido as nossas
307 reuniões tem por hábito ter duração até as 16h30, até porque se não fica muito cansativo e a gente
308 começa a não ser tão produtivo então nossos horários são das 14h às 16h30 excepcionalmente se
309 houver acordo a gente pode encerrar antes ou prorrogar. Mas então, o que a gente podia fazer a próxima
310 reunião ordinária seria dia 04 que é feriado, dia 11 esta agendada a próxima reunião do CONSEMA,
311 então na verdade como a gente esta sugerindo aqui passar isso pelo CONSEMA, para o CONSEMA
312 referendar os prazos para a gente receber novas propostas apresentar isso na plenária, talvez a gente
313 possa inserir isso como assuntos gerais na pauta do CONSEMA, ou como pauta mesmo, se ainda não foi
314 enviada, essa proposição da câmara técnica de abrir prazo para a revisão da 288 e para manifestação
315 das entidades até, daí a gente estabelece a data. Daí a gente faria a nossa reunião depois dessa reunião
316 do CONSEMA e a gente já poderá rever a tabela que já foi trabalhada que já pode ser, que já foi
317 encaminhada a todo mundo, e a gente pode em cima dessa tabela que já foi enviada fazer uma revisão e
318 começar a discussão. Isso seria dia 18 de junho, a minha sugestão, seria a quinta-feira seguinte ao
319 CONSEMA. No CONSEMA se abre prazo, e aí minha sugestão, poderia se abrir 30 dias o CONSEMA
320 teria recebido e nos encaminharia a câmara técnica e nós faríamos a reunião com as proposições. Só
321 queria falar uma coisa para a Rosaura, que assim, eu já conversei com alguns setores em relação a
322 aplicação da 288 e das dúvidas que estão surgindo e tem alguns setores que tem proposições do próprio
323 setor de repassar para os municípios, eu tive falando com o pessoal da mineração que por exemplo, a
324 gente não esta prevendo recuperação de área degradada de mineração, pode licenciar mineração mas
325 não pode recuperar área degradada, então tem coisas que talvez os setores já tem proposições e
326 contribuições para fazer, tem outros também a questão de loteamento, loteamento horizontal e vertical, e
327 daí qualquer edifício tem que ser licenciado, então tem outras coisas assim que a gente teria que rever
328 para fazer os ajustes, eu acho que isso a gente podia te passar das nossas experiências pra tu conversar
329 com os setores e já trazer isso mais costurado né. **Rousara, FEPAM:** essa é a ideia, nesse período aí, eu
330 já vou buscando com os setores, passo pela diretoria técnica e pela presidência para dar o aval do que
331 estão sugerindo. **Sandra Berto, SERGS:** isso, para a gente já trabalhar aqui e corrigir essas coisas que
332 ficaram pendentes. **Valtemir, SEMA:** a minha sugestão é que o prazo que o CONSEMA vai estabelecer.
333 Primeiro, de novo, as entidades que podem trazer as maiores contribuições estão aqui, anunciando que o
334 CONSEMA é dia 11, eu acho que o CONSEMA pode tranquilamente comunicar que quem tem sugestão

335 que apresente direto na câmara técnica até o dia 18. **Sandra Berto, SERGS:** não Valtemir, nem a
336 FEPAM vai ter tempo. **Valtemir, SEMA:** não, mas a FEPAM tem tempo a partir de hoje até o dia 18 de
337 junho, nós que estamos aqui o tempo começa a contar hoje. **Sandra Berto, SERGS:** ta certo, a urgência
338 de rever essa tabela é da FEPAM mesmo, é até uma proposição. Estamos construindo a proposta em
339 conjunto. **Aline, Mira-Serra:** não tem como mandar direto para a câmara técnica outras entidades que
340 não fazem parte, é melhor passarem para a secretaria executiva do CONSEMA. **Valtemir, SEMA:** e a
341 próxima reunião do CONSEMA quando é? **Sandra Berto, SERGS:** 16 de julho. Então recebimento de
342 propostas até 16 de julho e aí na reunião do CONSEMA a gente abre esse prazo, na reunião agora do dia
343 11 e é um prazo de 45 dias, 60 dias né. **Marion, FAMURS:** eu acho relevante constar que quando for
344 falar na reunião da abertura desse prazo que a proposta é revisar aqui, focar em algumas questões de
345 essenciais pra não vir lá um monte de coisinha tudo de novo. **Sandra Berto, SERGS:** corrigir
346 incoerências né. Eu quero esclarecer aqui à dúvida da secretaria executiva a proposta que a gente esta
347 construindo é a partir de hoje que é dia 28 de maio a gente vai encaminhar para a próxima reunião do
348 CONSEMA que é dia 11 de junho, a solicitação e a abertura de prazo para recebimento de novas
349 propostas até 16 de julho. **Aline, Mira-Serra:** tem coisas que são novas propostas porque, por exemplo,
350 tem divergência sobre ramos que estavam nas resoluções e foram suprimidos, tem divergência da
351 experiência que a própria FEPAM teve com algumas coisas que foram repassadas e que esta dando
352 problema da parte ambiental, então que eles vão propor de tirar, então eu acredito que seria legal abrir
353 geral, mas assim a gente tenha a ciência que nós estamos fazendo isso. **Sandra Berto, SERGS:** é a
354 gente vai fazer um critério seletivo depois para fazer a análise. Então ficou deliberado aqui isso, por
355 consenso, é isso? **Paulo Gallas, SDECT:** em julho a reunião da câmara aqui é na primeira quinta-feira,
356 dia 2, e a seguinte será no dia 6 de agosto, então pode-se, sem prejuízo de absolutamente nada, ao
357 invés de fazer até o dia 16 de julho até o final de julho, 31 de julho, porque daí vai dar dez dias, ou seis
358 dias. **Sandra Berto, SERGS:** não, Gallas, eu preciso de um tempo para sistematizar. **Valtemir, SEMA:**
359 não é melhor que seja via CONSEMA, porque daí fica consignado na ata lá em cima que até no dia do
360 CONSEMA as entidades vão apresentar em plenária, a presidência do CONSEMA já baixa da plenária
361 direto para a câmara técnica e daí não vai ter celeuma nenhuma. É que se for dia 30, vai ter que ser na
362 próxima reunião do CONSEMA. **Aline, Mira-Serra:** não é celeuma, é que se existe uma regra tem que
363 ser cumprida. **Paulo Gallas, SDECT:** mas da reunião do CONSEMA até a próxima reunião da câmara
364 técnica se passam dezoito dias. **Sandra Berto, SERGS:** Gallas, é que eu tenho que compilar as
365 propostas que nós vamos receber, compilar e filtrar. Daqui a pouco eu tenho vintes propostas e eu tenho
366 que montar uma tabelinha que a gente tenha a mínima condição de trabalhar, tem que juntar elas todas,
367 se não eu não consigo trabalhar lá onde me pagam por mês. **Aline, Mira-Serra:** e ela ainda tem que
368 passar pra nós uma semana antes. **Sandra Berto, SERGS:** é uma semana antes eu tenho que dar
369 conhecimento pra todo mundo, não me enforca. Ficou entendido pra todo mundo? Eu invertei toda a pauta,
370 eu não segui a pauta, eu não tenho esse habito, a minha antecessora era muito mais perfeita nessas
371 coisas, eu sou anarquista, graças a Deus, eu não consigo fazer nada dentro dos padrões. Nós tínhamos
372 três assuntos pautados o primeiro assunto era a aprovação da ata 41ª extraordinária da CTP que todo
373 mundo recebeu. Alguém tem alguma sugestão de alteração, todo mundo leu, todo mundo esta de
374 acordo? Então ta bom, **aprovada a ata da 41ª reunião extraordinária por unanimidade.** E a revisão foi
375 o assunto que discutimos e em assunto gerais o que eu ia colocar era esse assunto de Gravataí, mas se
376 alguém tiver algum outro assunto esta aberta à pauta, caso contrário está encerrada a reunião.